

Sarney oficializa Sant'Anna líder do governo na Câmara

Da Sucursal de Brasília

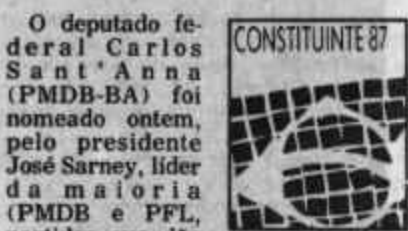
O que é líder da maioria na Câmara

O líder do governo, ou líder da maioria, função exercida desde ontem, por Carlos Sant'Anna, está previsto nos regimentos da Câmara e do Senado. Este líder não fala em nome da bancada de seu partido (ainda que ele seja majoritário), mas em nome dos parlamentares de diferentes partidos, desde que o ponto de união entre todos seja o apoio ao governo.

Até ontem, falava-se em líder do governo e não líder da maioria. Prevaleceu o último nome por uma razão política: o líder da maioria buscará sustentação para o governo, não só nos dois partidos que hoje oficialmente o apoiam (PMDB e PFL) mas também em outros. Assim, se a esquerda do PMDB não quiser apoiar alguma medida do presidente Sarney por não concordar com o governo, o líder da maioria procurará compensar esta perda em outros partidos, como o PTB, PCB etc.

A alternativa que era discutida até ontem, um líder da maioria no Congresso, falaria em nome da maioria governista tanto na Câmara quanto no Senado, articulando esta maioria junto a diferentes partidos (além do PMDB e PFL), se necessário.

Já os partidos, pelo seu regimento interno e pelo regimento da Câmara, podem escolher seus respectivos líderes, tanto na Câmara (como é o caso da eleição de hoje no PMDB) quanto no Senado.



O deputado federal Carlos Sant'Anna (PMDB-BA) foi nomeado ontem, pelo presidente José Sarney, líder da maioria (PMDB e PFL, partidos que dão sustentação ao governo) na Câmara dos Deputados. Na prática, significa que o governo terá um líder no Congresso constituinte, como disse o próprio Sant'Anna ao comentar sua nova função: "coordenar" os interesses do governo na Constituinte, ainda que informalmente.

O anúncio da indicação foi feito pelo próprio escolhido, às 16h15, depois de audiência com o presidente, no Palácio do Planalto. Sant'Anna disse também que o governo poderá indicar um líder da maioria no Senado, com as mesmas atribuições do líder na Câmara. Esta seria a explicação para o fato de não ter sido indicado líder no Congresso. "Eu acredito que este mesmo papel será exercido por uma outra figura no Senado", afirmou Carlos Sant'Anna. Ele acha que "essa figura" não será Fernando Henrique Cardoso, líder do PMDB no Senado. "O senador tem dito que quer ficar liberado para trabalhar na Constituinte", afirmou.

Como líder do governo na Câmara, Sant'Anna terá como tarefa assegurar e, se possível, ampliar a base de sustentação política do presidente Sarney na Casa. Significa que ele falará em nome do governo junto ao PMDB e ao PFL e com outros partidos que queiram apoiar o presidente Sarney. O líder acha que "a



O baiano Carlos Sant'Anna, ex-ministro da Saúde e líder do governo na Câmara

Aliança Democrática pode até aumentar". Disse que, como constituinte, colocará as posições do governo na tribuna, e reconheceu que sua missão "será difícil". Depois, pediu aos repórteres que lhe dessem boa sorte e observou que terá de servir "a três senhores". "Terei que ser fidelíssimo ao presidente, fidelíssimo ao meu partido e fidelíssimo à

"Nova República". Por ter sido indicado líder do governo, Sant'Anna renunciou ontem à sua candidatura a líder do PMDB.

O presidente do Congresso constituinte, Ulysses Guimarães, 70, disse ontem que a figura do líder da maioria "já existe no regimento da Câmara, portanto nada temos a

Não é o que parece

A nomeação do deputado Carlos Sant'Anna como líder do governo na Câmara, quando era tida como certa sua escolha para exercer o mesmo cargo no Congresso Nacional, é um aparente recuo do Planalto diante das pressões do PMDB, interessado em evitar uma interferência tão direta do governo num órgão cuja composição é idêntica à da Constituinte. Mas a manobra ficou clara ainda ontem, quando Sant'Anna afirmou que vai representar os inte-

resses do governo no Congresso constituinte. Hoje mesmo, ele já começa a discutir a soberania da Constituinte, em reunião com deputados do PMDB e do PFL. Assim, por trás da decisão anunciada ontem, permanece o interesse de Sarney em estreitar o controle dos trabalhos constituintes — uma preocupação de rebeldia dos primeiros dias, de que foi protagonista a própria bancada do PMDB.

temer". Acrescentou que nas legislações anteriores, o líder do partido majoritário e o do governo eram um só. "O presidente Sarney informou-me, pela manhã, por telefone, que indicaria o deputado Carlos Sant'Anna. Trata-se de um bom companheiro".

O líder do PFL, José Lourenço, achou "ótima" a indicação de Carlos Sant'Anna como líder da maioria. Ele disse ter recebido, na noite de segunda-feira, um telefonema do presidente Sarney comunicando-o que escolheria Sant'Anna, seu ex-ministro da Saúde. Segundo Lourenço, Sarney disse que precisava de um "coordenador" na Câmara. O líder do PFL disse que Sant'Anna é "homem de confiança do presidente", e que a indicação foi bem recebida no seu partido.

No PMDB as opiniões eram divergentes. O candidato a líder do partido, Milton Reis, preferiu dizer que o cargo de líder da maioria é tradição parlamentar. Fernando Gasparian (SP), entretanto, afirma-

va que "setores do partido" ficaram descontentes com a indicação de um líder do governo. Domingos Leonelli (BA) via na escolha de Sant'Anna "a liberação dos líderes do PMDB da função de defensores do interesse do governo".

O líder do PDS na Câmara, Amaral Netto (RJ), admitiu a existência do líder do governo desde que sua atuação limite-se ao Congresso. "Na Constituinte essa atuação é exdrúxula, pois representa uma intromissão indevida do governo", afirmou. Disse que esse líder deve cuidar dos problemas ordinários da Câmara e do Senado e não da discussão das questões constitucionais.

O líder do PDS no Senado, Jarbas Passarinho (PA), pensa diferente de Amaral Netto. Diz que a figura de líder do governo "é esdrúxula, inadequada e sem efeito prático, pois será ignorada pelos líderes partidários". Disse que é muito difícil às lideranças partidárias a submissão à figura estranha de um líder que teria ação nas duas Casas do Congresso.

Senado decide só contratar funcionários por concurso

Da Sucursal de Brasília

A nova Mesa Diretora do Senado decidiu ontem que, a partir de agora, o ingresso de servidores naquela Casa só se dará mediante concurso público, aberto a todos os brasileiros. A proposta, embora julgada dispensável em face da proibição já existente na Constituição em vigor, foi aprovada por unanimidade, nos termos de uma sugestão do senador Jutahy Magalhães (PMDB-BA), 1º secretário da Mesa.

Na mesma reunião — que durou mais de duas horas — foi decidido ainda que o Senado não manterá os assessores de senadores não reeleitos nas eleições de novembro passado. A mesa resolveu que os contratos de trabalho dos secretários e assessores parlamentares estão encerrados do ponto de vista contratual.

Apesar disso, propôs-se que o senador Jutahy examine a matéria e a situação dos servidores que terão seus contratos rescindidos. Jutahy ficou de apresentar parecer até o final do mês. Como senador encarregado das questões dos servidores,

coube a ele elaborar também o projeto de resolução sobre concurso público, a ser votado no plenário do Senado, tão logo volte a funcionar, em março próximo.

O senador Jutahy Magalhães, no entanto, disse que poderá dar parecer contrário à contraproposta sobre assessores e secretários de parlamentares não reeleitos, por contrariar sua proposta para ingresso de servidores apenas mediante concurso público.

Por iniciativa do senador Odacir Soares (PFL-RO), 2º secretário, a Mesa também vai estudar a situação do pessoal admitido pelo Senado nos últimos quatro anos, a título de realização de obras. "Afim de estas obras devem ter sido concluídas e precisamos saber o que houve com o pessoal contratado", disse. Soares afirmou ainda que agora as atas das reuniões da Mesa "conterão tudo o que for ali debatido. Queremos transparência". A Mesa resolveu também reunir-se pelo menos duas vezes ao mês. Odacir Soares encaminhou proposta de redefinição de atribuições dos membros da Mesa.

Peemedebistas escolhem hoje nova liderança

Da Sucursal de Brasília

O PMDB elege hoje, às 17h, o novo líder do partido na Câmara, que substituirá o deputado Pimenta da Veiga (MG). As 9h, os deputados Luiz Henrique (SC), João Herrmann (SP) e Milton Reis (MG), candidatos ao posto, vão debater com a bancada suas propostas. A retirada da candidatura do deputado Carlos Sant'Anna (BA), escolhido ontem pelo presidente Sarney líder do governo na Câmara, tumultuou um pouco mais a disputa. A bancada baiana reuniu-se no final da tarde para decidir a quem iria transferir seu apoio. Também a bancada de Minas reuniu-se para ver se a retirada da candidatura de Sant'Anna pode ajudar Milton Reis a vencer.

O deputado Luiz Henrique previu ontem que terá 143 votos, além daqueles que, acredita, serão transferidos a ele com a retirada de Carlos Sant'Anna. João Herrmann, na segunda-feira, afirmava ter o apoio das bancadas baiana, alagoana, mato-grossense e parte da paulista, entre outras. Ontem, ele disse que havia melhorado sua posição, com 21 dos 28 votos paulistas. O mineiro Milton Reis disse que, sem os votos de Sant'Anna, já contava com o apoio de 126 parlamentares, trinta dos quais da bancada mineira (34 deputados).

Não era esse, porém, o quadro pintado por alguns parlamentares de Minas. A Folha apurou que, em reunião realizada segunda-feira à noite, na casa do deputado Aécio Neves, concluiu-se que Milton Reis teria apenas setenta dos 260 votos da bancada peemedebista. A bancada, diante da previsão, estava até ontem dividida quanto ao apoio ao secretário-geral do PMDB, voltando a se reunir no início da noite.



Os deputados Milton Reis, João Herrmann e Luiz Henrique, candidatos a líder do PMDB, encontram-se na Câmara

A bancada peemedebista reúne-se hoje a partir das 9h, quando os candidatos vão expor suas plataformas. Cada candidato falará por quinze minutos. Depois, os parlamentares poderão formular perguntas aos candidatos. O término dos debates está previsto para 13h. A votação terá início apenas às 17h. Será realizado um primeiro turno e, caso um dos candidatos obtenha o mínimo

de 130 votos, será eleito líder. Caso ninguém obtenha esse resultado, haverá, no dia seguinte, um segundo turno, quando disputarão os dois candidatos mais votados.

Ulysses

O presidente do Congresso constituinte, Ulysses Guimarães, 70, disse ontem que era "irresponsável" a

pergunta sobre sua possível licença da presidência do PMDB. O governador de São Paulo, Franco Montoro, afirmou na segunda-feira que Ulysses estava disposto a pedir licença. O assunto deveria ser debatido na reunião de hoje da Executiva Nacional do partido, que acabou adiada em função da escolha do líder do PMDB na Câmara.

Presidente conversa com Herrmann e Reis no Planalto

O presidente José Sarney recebeu ontem, no Palácio do Planalto, dois candidatos a líder do PMDB na Câmara — João Herrmann (SP) e Milton Reis (MG) —, logo após o anúncio da escolha do novo líder do governo na Câmara, Carlos Sant'Anna (BA). Ambos saíram dizendo que esperam vencer, hoje, a disputa pela liderança do PMDB, e não criticaram abertamente a indicação de Sant'Anna.

João Herrmann disse que o novo líder do governo "será um algodão entre cristais numa loja de louça, já que há macaquinhos à solta". Mais cauteloso, Milton Reis limitou-se a dizer que o líder do governo "faz parte da tradição parlamentar brasileira".

Na opinião de Herrmann, o líder governista não interferirá nas decisões da bancada de deputados federais do partido. "O comportamento do PMDB será decidido na bancada", disse. E acrescentou que a indicação de Sant'Anna, uma vez decidida antes da eleição do líder do partido na Câmara, "é até admissível. Se (a decisão) fosse tomada depois, ela

seria interpretada como um veto à eleição do líder do partido", afirmou.

Milton Reis saiu abatido da reunião com Sarney, embora dissesse que suas "chances aumentaram". Herrmann, mais animado, afirmou que a disputa de hoje será entre ele e o deputado Luiz Henrique (SC), que até as 20h de ontem não havia comparecido ao Palácio.

Arcebispo inicia negociações com invasores de área da Igreja em GO

Do Reportagem Local

Numa ação rápida e organizada, 640 moradores da região leste da periferia de Goiânia (GO) invadiram, dia 23 de janeiro último, uma área de 29 hectares pertencente à arquidiocese católica local. Os invasores querem que a área seja loteada e entregue às famílias. O arcebispo de Goiânia (GO), d. Antônio Ribeiro, determinou o início de negociações e a realização de um cadastramento, para verificar a situação sócio-econômica de cada família.

D. Antônio disse ontem, às 15h, em Goiânia, por telefone, que a invasão "resultou de uma manipulação político-partidária, com apoio de uma facção da Assembleia de Deus, na região leste goiana". Não especificou, contudo, que partidos ou grupos políticos teriam organizado a invasão da área.

De acordo com o arcebispo, os primeiros resultados do cadastramento feito pela Igreja indicam que 60 a 70% dos invasores são pessoas de renda média, muitos dos quais pequenos comerciantes que já estariam revendendo lotes da área, onde funcionam o Centro Pastoral D. Fernando e o Seminário Arquidiocesano Santa Cruz. Segundo d. Antônio, a área "sempre cumpriu destinação social", tendo servido à Apta (Assistência ao Pequeno Trabalhador Autônomo) e ao Aprendizado Agrícola São José.

Além de uma equipe de cadastra-

mento, a arquidiocese instalou na área invadida uma barraca para uma equipe de negociação — formada por padres, religiosos e leigos —, que está propondo a manutenção, nos 29 hectares, apenas das famílias de baixa renda comprovada. D. Antônio disse que a Igreja "não concorda com os que se aproveitam das necessidades dos pobres para se apropriar, com fins lucrativos, de terras que, não só juridicamente, mas social e moralmente, não lhes pertencem".

Enquanto negocia com os invasores, a Igreja conseguiu um mandado de manutenção de posse na Justiça goiana e obteve, do governo do Estado, o envio de policiais militares para a área, com o objetivo, segundo d. Antônio, de "evitar violências entre os próprios ocupantes, com a recomendação de não agirem violentamente contra eles". Para o arcebispo, "a Igreja está tranquila e manterá uma atitude firme e serena diante deste caso".



CNBB vai reunir parlamentares em 'café constituinte' quinzenal

Do Reportagem Local e do Sucursal de Brasília

se da conjuntura social, política e econômica do país.

Comissão

A partir da próxima quinta-feira, entre rodadas de chá, biscoitos e cafezinho, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) passará a reunir parlamentares de todos os partidos em sua sede, em Brasília, para discutir com eles as teses e propostas da Igreja para a nova Constituição brasileira. Este encontro, quinzenal, já está sendo chamado de "café constituinte", expressão criada pelo pequeno grupo de assessores da CNBB que faz a ponte entre a comissão para assuntos constitucionais da entidade, presidida pelo bispo de Bauru (SP), d. Cândido Padin, e os parlamentares, através dos deputados federais Plínio de Arruda Sampaio (PT-SP) e Luiz Carlos Sigmaringa Seixas (PMDB-DF).

A CNBB já convidou quarenta parlamentares para o encontro da próxima quinta-feira. Os bispos e assessores da Igreja pretendem discutir, com os parlamentares, os mecanismos mais adequados para garantir que a nova Constituição inclua os princípios e medidas defendidos pela Igreja. O encontro quinzenal servirá também para uma análise

A comissão para assuntos constitucionais da CNBB reúne-se amanhã, em Brasília, sob a coordenação de d. Cândido Padin, para definir como vai abordar questões polêmicas a serem debatidas pelos constituintes, como aborto, reforma agrária e educação. Segundo o secretário da Comissão, padre Virgílio Leite Uchôa, a preocupação da CNBB é evitar desgastes que comprometam o trabalho de acompanhamento do Congresso constituinte pela Igreja.

O padre Virgílio disse que a Igreja não quer ser acusada de intransigência em relação às suas teses, por exemplo, "em favor da vida e contra o aborto".

O padre afirmou que a Igreja não está organizando uma "estratégia de lobby", mas que sua intenção é ser uma ponte entre os constituintes e a população, denunciando as tentativas de bloqueio à participação popular no Congresso constituinte. Segundo ele, a Igreja não defende uma Constituição para si mesma ou para os cristãos, mas quer que "a nova Constituição seja capaz de atender aos interesses sociais e da dignidade humana".